

POR TERRA, ARTE E PÃO: ELEMENTOS DA TRAJETÓRIA DE UM PROFESSOR-PESQUISADOR-MILITANTE

FOR LAND, ART, AND BREAD: ELEMENTS OF A TEACHER-RESEARCHER-MILITANT TRAJECTORY

 Paulo Roberto Raposo Alentejano ^A

^A Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Faculdade de Formação de Professores (UERJ/FFP), São Gonçalo, RJ, Brasil

Recebido em: 13/03/2024 | 02/04/2024 DOI: 10.12957/tamoios.2024.82777

Correspondência para: Paulo Roberto Raposo Alentejano (paulinhochinelo@gmail.com)

INTRODUÇÃO

Uma das questões mais difíceis de decidir na elaboração de um Memorial de Titular é estabelecer o marco inicial. Afinal, uma trajetória acadêmica tem vários marcos significativos: a escolha da graduação, o mestrado, o doutorado, o(s) curso(s) para a(s) universidade(s)... No meu caso, como a trajetória acadêmica é indissociável da minha formação e atuação política, decidi começar pelo momento do despertar para a política, que coincide com o processo de luta pelo fim da ditadura empresarial-militar iniciada com o golpe de 1964.

Uma segunda decisão crucial na organização do Memorial de Titular é a opção entre uma ordem cronológica ou uma abordagem temática. Acabei optando por uma mescla, onde a ordem cronológica é a principal referência, mas algumas temáticas extrapolam a lógica temporal.

Uma terceira questão diz respeito ao estilo de redação: como mediar a relação entre debates acadêmicos e experiências pessoais, que compõem de forma indissociável a trajetória acadêmica, sem ser pedante e tornando compreensível para quem lê (ou ouve) questões que, às vezes, são muito particulares.

Enfim, são desafios com os quais me defrontei na elaboração deste Memorial e para os quais construí respostas que talvez não sejam as mais adequadas... Para me acompanhar nessa trajetória me apoiei em 11 dos melhores sambas de todos os tempos, ouvidos em rodas de samba ou em velhos LPs ou CDs.

A DESCOBERTA DA POLÍTICA NO CONTEXTO DA LUTA PELA REDEMOCRATIZAÇÃO

*Caía a tarde feito um viaduto
E um bêbado trajando luto
Me lembrou Carlitos
A lua, tal qual a dona de um
bordel*





*Pedia a cada estrela fria
Um brilho de aluguel
E nuvens lá no mata-borrão do
céu Chupavam
manchas torturadas
Que sufoco
Louco
O bêbado com chapéu-coco
Fazia irreverências mil
Pra noite do Brasil
Meu Brasil
Que sonha
Com a volta do irmão do
Henfil
Com tanta gente que partiu
Num rabo de foguete
Chora
A nossa Pátria mãe gentil
Choram Marias e Clarisses
No solo do Brasil
Mas sei que uma dor assim pungente
Não há de ser inutilmente
A esperança
Dança na corda bamba de sombrinha
E em cada passo dessa linha
Pode se machucar
Azar
A esperança equilibrista
Sabe que o show de todo artista
Tem que continuar*

***O bêbado e a equilibrista
João Bosco e Aldir Blanc***

O final dos anos 1970 e início da década de 1980 foi um momento de efervescência política no Brasil, diante da crise do regime ditatorial empresarial-militar instaurado em 1964 e da luta pela redemocratização. Nascido em 1968, ano de grandes mobilizações no mundo e no Brasil - “O ano que não acabou” na definição do livro de Zuenir Ventura -, mas também do endurecimento da ditadura com a decretação do AI-5, foi no começo dos anos 1980, com 13 anos, cursando o que então era chamado de Ginásio, que comecei a despertar para a política. Foram momentos de muitos embates no âmbito familiar, uma vez que meu pai era um fervoroso eleitor da Arena, ardente defensor do papel desempenhado pela “Revolução de 1964” para conter a “expansão do perigo comunista” no Brasil e apoiador do governo Figueiredo, o último general-presidente.

Da influência da Teologia da Libertação à libertação da religião - a vigília e o CEAT



O Colégio São Vicente de Paula (CSVP), situado no Cosme Velho, Zona Sul do Rio de Janeiro, onde estudei dos 5 aos 15 anos, do antigo “Pré-Escolar” até o 2º ano do então 2º Grau (atual Ensino Médio), era um reduto da Teologia da Libertação. Os padres que dirigiam o colégio eram críticos da ditadura e abrigavam na equipe de professores vários militantes de movimentos de esquerda, alguns inclusive que haviam participado da luta armada e sido alvo de tortura. Ao mesmo tempo, faziam um trabalho formativo nas favelas próximas e comunidades do interior do país. Era um ambiente de muita liberdade e de mobilização contra a ditadura que contrastava radicalmente com os embates que vivia em casa.

Foi essa mescla de professores militantes nas organizações de esquerda e padres ligados à Teologia da Libertação que moldou minha formação política inicial e ditou meu primeiro envolvimento com a militância, participando do Grêmio Estudantil. O passo seguinte foi a participação na campanha eleitoral de 1982 na primeira eleição direta para governador desde o golpe de 1964. O predomínio da influência da Teologia da Libertação na minha formação política, até então, ditou a opção pelo engajamento na candidatura de Lysâneas Maciel pelo recém fundado Partido dos Trabalhadores (PT), assim como o apoio a candidatos a deputado estadual e federal da mesma linha política. O pífio desempenho eleitoral de Lysâneas e dos candidatos do PT de forma geral não chegou a ser fator de grande desânimo, afinal, Leonel Brizola ganhou a eleição, derrotando os candidatos apoiados pelo governo Figueiredo, para desespero do meu pai...

Porém, no final do ano seguinte, uma reviravolta no CSVP impulsionou minha ruptura com a Teologia da Libertação e por tabela, com qualquer religiosidade. Num movimento coerente com a guinada conservadora capitaneada pelo Papa João Paulo II, os padres que dirigiam o colégio decidiram expurgar a “influência comunista”, demitindo os professores mais alinhados com os partidos de esquerda, para felicidade do meu pai...

Na realidade, desde a indicação de um novo diretor em 1980 algumas mudanças já eram perceptíveis na orientação político-pedagógica do CSVP, inclusive com episódios de censura ao jornal do Grêmio, mas nada comparável à demissão às vésperas do Natal de 1983 de 11 professores e do Coordenador do 2º Grau. O que os padres do CSVP não esperavam é que em plenas férias de final de ano, no dia 22 de dezembro, fosse eclodir uma forte reação dos estudantes contra a medida. Mas foi o que ocorreu. Numa rapidez impressionante em tempos pré-celular e redes sociais, dezenas de estudantes se dirigiram para o colégio e, liderados pela direção do Grêmio, decidiram permanecer em vigília até que a direção recebesse uma comissão de estudantes e professores para rediscutir a demissão.

Foram dias intensos de muita mobilização, agitação política e cultural e tensão. Passamos Natal e Ano Novo acampados, realizando conversas, reuniões, negociações e manifestações, inclusive uma assembleia à luz de velas, quando numa tentativa desesperada de desmobilizar a vigília, os padres mandaram cortar a luz das áreas externas do Colégio que estávamos ocupando. Apesar da intensa mobilização, dos inúmeros apoios conseguidos e mesmo da ameaça de saída de centenas de estudantes do colégio, os padres foram inflexíveis: não só mantiveram as demissões iniciais, como as ampliaram para professores e professoras que se solidarizaram com os/as demitidos/as. Como desdobramento da vigília foi fundado o então 2º Grau, atual Ensino Médio, do Centro Educacional Anísio Teixeira (Ceat), escola que até então só contava com o 1º Grau, atual Ensino Fundamental.

Novo embate familiar se deu então, pois meu pai, já profundamente contrariado com meu envolvimento na vigília, foi terminantemente contra minha ida para uma nova escola em pleno 3º ano, isto é, no último ano antes do vestibular. Nesse momento foi essencial o apoio da



minha mãe, do meu irmão e das minhas irmãs para que eu conseguisse convencer meu pai a aceitar minha transferência para o Ceat.

A luta pelas Diretas e a militância no PT

Iniciava-se o ano de 1984, que ficaria marcado na história do Brasil como o da luta pelas eleições diretas para presidente da República. O movimento Diretas Já mobilizou multidões em atos por todo o país, mas acabou derrotado, com a rejeição da emenda que previa a restituição das eleições diretas para presidente suspensas pela ditadura empresarial-militar após o golpe de 1964. Foi um ano de intensa participação política, mas também de muito estudo, afinal precisava provar para minha família que a opção pelo Ceat não tinha sido irresponsável.

No âmbito político, além da participação nos atos pelas Diretas Já, participei da fundação do primeiro núcleo de estudantes secundaristas do PT no Rio de Janeiro, o que muito contribuiu para a consolidação da minha formação política à época. Também foram importantes, nesse sentido, os embates travados no Ceat acerca da condução do projeto político-pedagógico que estava sendo implementado no 2º Grau.

Apesar da derrota da campanha pelas Diretas Já, não há como deixar de lembrar a magnífica manifestação que foi o comício da Candelária com 1 milhão de pessoas presentes, nem da nossa mobilização, saindo do Ceat de caravana no bonde de Santa Tereza e depois caminhando pelas ruas do Centro do Rio até a Av. Presidente Vargas.

A OPÇÃO PELA GEOGRAFIA E A AGB COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO E MILITÂNCIA

*Tinha eu 14 anos de idade
Quando meu pai me chamou
(quando meu pai me chamou)
Perguntou-me se eu queria
Estudar filosofia
Medicina ou engenharia
Tinha eu que ser doutor
Mas a minha aspiração
Era ter um violão
Para me tornar sambista
Ele então me aconselhou
Sambista não tem valor
Nesta terra de doutor
E seu doutor
O meu pai tinha razão
Vejo um samba ser vendido
E o sambista esquecido
O seu verdadeiro autor
Eu estou
necessitado
Mas meu samba encabulado*



Eu não vendo não senhor

14 anos
Paulinho da Viola

O ano de 1984 foi também o ano de conclusão do 2º Grau, de escolha de uma carreira universitária e de preparação para o vestibular, portanto, um ano de muitas (in)definições.

O dilema da escolha universitária, os embates e a frustração na graduação

No meio das incertezas do ano de 1984, decidi prestar vestibular para Geografia. Não era uma escolha muito convicta, mas uma certa mediação entre interesses diversos, como Agronomia, Economia e História. Resolvida a etapa do vestibular com êxito, uma nova definição se colocava, escolher a universidade onde realizaria o curso. De início hesitei entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Pontifícia Universidade Católica (PUC), uma vez que passara para ambas. Cheguei a iniciar ambos os cursos, mas acabei por me decidir pelo curso da PUC, pois na época este concentrava alguns dos geógrafos que estavam na ponta dos debates sobre a renovação crítica do pensamento geográfico, como Carlos Walter Porto-Gonçalves (que, aliás, tinha sido meu professor no Ceat) e Ruy Moreira. Decisão favorecida pelo fato de ter sido contemplado com uma bolsa de estudos integral, ou seja, não precisaria pagar mensalidade até o final do curso, desde que mantivesse o desempenho acadêmico requerido pela Universidade.

O início do curso foi marcado por grande envolvimento acadêmico e político, com dedicação às disciplinas e participação nas reuniões do Centro Acadêmico. Também logo no primeiro ano do curso participei junto com mais meia dúzia de colegas do Encontro Nacional de Estudantes de Geografia (ENEG), realizado na Universidade Federal do Espírito Santo em Vitória, experiência fundamental de imersão nos debates geográficos (e também nas suas festas...).

Mas essa empolgação logo deu lugar à frustração, diante da fragilidade de algumas disciplinas e do autoritarismo da coordenação do curso, insensível às reivindicações estudantis. A saída foi intensificar a mobilização dos/as estudantes a partir do Centro Acadêmico para enfrentar o autoritarismo da coordenação do curso. Esse processo levou a confrontos intensos nas reuniões departamentais que culminaram com a aprovação da proposta de representação paritária entre docentes e discentes e o afastamento do coordenador contrariado com essa decisão. Liderar esses embates me custou animosidades que dificultariam minha inserção no mercado de trabalho após a conclusão do curso.

A descoberta da AGB como espaço de formação e militância

Na metade do curso descortinou-se para mim outro espaço fundamental de formação e militância: a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). A primeira experiência foi a participação no Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), realizado em Campo Grande (MS) em 1986. Conviver durante uma semana com os/as principais geógrafos/as brasileiros/as e participar de debates acadêmicos e políticos de ponta na Geografia brasileira foi uma experiência ímpar e a AGB passou a ser referência fundamental para mim a partir de então. Logo me integrei à AGB-Rio e passei a participar de suas atividades e algum tempo depois a fazer parte da diretoria da Seção Local. Foi nesse período que conheci meu camarada-irmão



Leon, com quem dividiria tantas experiências pessoais e profissionais posteriormente. Foram anos intensos de organização de atividades no Rio, participação nas Reuniões de Gestão Coletiva (RGCs) em diversas cidades do país e intensa dedicação à organização do I Encontro Nacional de Ensino de Geografia – Fala Professor, realizado em Brasília em 1987 e do ENG de 1988, realizado em Maceió (AL). No ENG de Maceió, além de intensa dedicação às atividades organizativas, participei ativamente das articulações políticas a favor da proposta de filiação da AGB à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da construção de uma chapa para a Diretoria Executiva Nacional (DEN) da AGB. A proposta de filiação à CUT foi aprovada em assembleia, mas a chapa que capitaneava tal proposta foi derrotada na eleição do dia seguinte, o que foi atribuído por alguns às intensas comemorações dos/as estudantes na noite de Maceió...

Nos anos subsequentes continuei minha militância na AGB-Rio, com muitos embates com a DEN, que culminaram com o lançamento de um manifesto pela AGB-Rio denominado "O pau da barraca" e uma dura resposta da DEN, taxando de irresponsáveis os integrantes da AGB-Rio, em especial os "meninos do Rio", expressão pejorativa direcionada a mim e ao Leon.

Mas os encontros da AGB e os ENEGs se desdobravam em outro processo formativo fundamental: a possibilidade de viajar pelo Brasil, conhecendo lugares e pessoas. Além das cidades onde se realizavam os encontros e das pessoas que encontrava nestes, aproveitava os dias que antecediam ou sucediam os encontros para conhecer lugares próximos. Foi assim que conheci o Pantanal, a Chapada dos Guimarães, diversos pontos do litoral e do sertão nordestino.

A questão agrária como motivação política e acadêmica

Um dos assuntos que sempre me atraiu nas aulas de Geografia na educação básica foi a questão agrária. Ao longo da graduação este interesse só cresceu e logo comecei a me interessar por entender melhor a eclosão de novos movimentos no campo brasileiro nos anos 1980, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, fundado em janeiro de 1984, fato que desconhecia à época. No ENG de 1986 em Campo Grande acompanhei com grande interesse a publicação da primeira edição da revista Terra Livre, da AGB, cuja capa remetia ao artigo do Ruy Moreira sobre o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), lançado no ano anterior pelo governo Sarney e as disputas em curso no campo brasileiro.

No regresso ao Rio decidimos montar na AGB-Rio um grupo de trabalho para estudar o I PNRA e contribuir nos debates sobre a reforma agrária nas Constituições Federal e Estadual em processo de elaboração naquele momento. Foi nesse contexto que visitei o primeiro assentamento rural, ao participar da Romaria da Terra de 1986, promovida pela Comissão Pastoral da Terra em Campo Alegre, em Nova Iguaçu. Também comecei a acompanhar as mobilizações que os movimentos sociais do campo realizavam no Centro do Rio, em especial no Largo de São Francisco, onde ficava a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A partir daí nos juntamos aos grupos que estavam construindo uma emenda popular constitucional sobre a reforma agrária para a Constituição do estado do Rio de Janeiro, que teve com um dos resultados a criação do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj) que teria como missão mapear as terras devolutas e griladas existentes no estado para destiná-las ao assentamento de famílias sem terra. Também acompanhamos os debates sobre a reforma agrária na Constituinte de 1988 que, apesar de toda a mobilização e pressão dos movimentos sociais do campo, acabou por resultar no bloqueio desta, em função da introdução pela bancada ruralista de um parágrafo que limitou as desapropriações às grandes propriedades improdutivas, limitando a aplicação do princípio da função social da terra, que também considerava as dimensões trabalhista e ambiental.



Diante do envolvimento nos debates sobre a reforma agrária, a definição do tema da monografia de final de curso da graduação foi um desdobramento natural. “A questão agrária no Brasil” foi o título da monografia, sob a orientação daquele que era a minha principal referência na Geografia, Ruy Moreira.

Definir o tema foi fácil, o acúmulo de leituras sobre a temática facilitava, porém, a dificuldade de encontrar um emprego como professor depois de formado em Licenciatura no final de 1988 e o desestímulo que isto gerou, retardaram a elaboração do texto, finalmente concluído no final de junho de 1989.

Na monografia, pela primeira vez formulava ideias que até hoje me mobilizam: (1) a questão agrária é crucial para entender a sociedade brasileira; (2) sem reforma agrária é impossível construir uma sociedade igualitária e democrática no Brasil.

Concluída a monografia, formado em Licenciatura e Bacharelado, o segundo semestre de 1989 foi dedicado a procurar emprego e fazer campanha para o Lula (PT). Nenhuma das empreitadas deu certo... As portas das escolas se fechavam sistematicamente em grande parte por retaliação do ex-coordenador do curso de Geografia da PUC, com o qual eu me confrontara anos antes e que era à época figura altamente influente entre os/as professores/as de Geografia das escolas privadas.

Apesar da enorme mobilização popular e do empenho da militância, Lula não foi eleito. Passou para o segundo turno das eleições presidenciais numa campanha que empolgou o país, mas acabou derrotado por Collor num processo que envolveu inúmeras trapaças, incluindo a falsa atribuição pela TV Globo do sequestro de um grande empresário brasileiro a militantes petistas e uma fraudulenta edição do último debate eleitoral.

Desempregado, com as portas das escolas fechadas, frustrado com a derrota do PT nas eleições, só me restou aceitar o convite de uma amiga para trabalhar num bar numa praia em Arraial do Cabo. Foi uma experiência muito interessante, trabalho ao mesmo tempo pesado e prazeroso, mas ao final frustrante, pois todo o dinheiro que consegui juntar durante os meses de janeiro e fevereiro foi retido pelo confisco da poupança decretado pelo Plano Collor no início de março de 1990. Começava ali a aprender o que significava o neoliberalismo...

O MAGISTÉRIO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: AMADURECIMENTO PROFISSIONAL E POLÍTICO

*Samba agoniza mas não morre
Alguém sempre te socorre
Antes do suspiro derradeiro
Samba negro, forte, destemido
Foi duramente perseguido
Na esquina, no botequim, no terreiro
Samba inocente, pé no chão
A fidalguia do salão
Te abraçou, te envolveu
Mudaram toda a tua estrutura
Te impuseram outra cultura
E você não percebeu
Mudaram toda a tua estrutura
Te impuseram outra cultura
E você não percebeu*



Samba agoniza mas não morre *Nelson Sargento*

Entre o segundo semestre de 1989 e o primeiro de 1990 fiz dois concursos que me abririam as portas das escolas e me possibilitariam finalmente trabalhar como professor de Geografia. Um foi feito pelo sindicato das escolas particulares para formar um banco de currículos, muito criticado pelo Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro (Sinpro) que temia que fosse usado para substituir professores/as em caso de greves. De fato, tinha este propósito, mas também foi uma forma de romper o bloqueio político das indicações nas escolas. Foi assim que consegui meus três primeiros empregos em escolas particulares do Rio. O segundo concurso foi para a rede estadual, através do qual ingressei como professor de um Colégio de Ensino Médio noturno.

Foram anos de muito aprendizado, aprendendo na prática como dar aula de Geografia, seja para os adolescentes das escolas particulares, seja para os jovens e adultos do colégio estadual.

Da proletarização docente ao reencontro com o CEAT

Os primeiros anos de magistério foram marcados pela proletarização do trabalho docente. Trabalhava ao mesmo tempo em várias escolas e cursinhos, de segunda a sábado, de manhã à noite, percorrendo de ônibus diversos bairros da cidade do Rio de Janeiro, da Zona Sul à Zona Norte. Cheguei a ter uma carga horária de 60 horas/aula semanais e a ter 600 estudantes num único semestre. Os finais de semana e feriados eram dedicados a corrigir provas e trabalhos e a preparar aulas. Era uma rotina dura, desgastante e alienante, uma vez que praticamente não tinha autonomia, exceção feita ao Colégio Estadual. A maioria das escolas e cursinhos particulares tinha apostilas que precisava seguir, em algumas sequer preparava provas e trabalhos, tarefa centralizada nos professores que elaboravam as apostilas. Enfim, era uma experiência de magistério muito distante do que imaginara. Restava afogar as mágoas na cerveja, entremeada aqui e ali por uma roda de samba e choro.

Foi então que no início de 1991 uma porta se abriu, ou melhor, reabriu. Um dos professores de Geografia do Ensino Médio do CEAT saiu da escola, por ter passado num concurso para a UFF. Apesar das pressões contrárias daqueles mesmo figurões com que eu tinha batido de frente na graduação, consegui a vaga. Pesaram meu passado ceatiano, meu envolvimento com a oposição sindical – de que tratarei adiante – e a saudável teimosia da Luiza Aieta, minha ex-professora e eterna coordenadora. Trabalhar no CEAT me possibilitou ao mesmo tempo me livrar de boa parte das escolas onde me sentia mais oprimido e frustrado e dar outro sentido para minha atuação profissional, me libertando da rotina alienante vivida até então. No CEAT tinha liberdade para elaborar meus próprios materiais didáticos, para construir um programa que me satisfizesse, para construir aulas conjuntas como *Geografia do Rio de Janeiro dá Samba* e *Geografia do Brasil dá Samba* e para realizar trabalhos de campo, alguns dos quais marcaram gerações de estudantes, como a ida à Floresta e Pico da Tijuca, a visita a assentamentos e/ou acampamentos rurais, a expedição pelo Centro do Rio e de trem até a Zona Oeste. Além disso, o Ceat era uma escola diferenciada também pelo seu modelo de gestão, uma sociedade de professores/as e funcionário/as, sem fins lucrativos, com Direção e Coordenações eleitas. Era também um espaço de intensa interação entre professores e professoras e estudantes.



Não foram poucos os churrascos que preparei ao lado de meus colegas Ivan, Serjão e Marcelo Sá Correia para turmas de 60, 80, 100 estudantes, regados a cerveja (algo impensável hoje em dia) e com a presença de grandes sambistas como Moacir Luz, Elton Medeiros e Nelson Sargento. Foram quase 20 anos que marcaram para sempre minha trajetória docente.

O Manguieira Vestibulares

Outra experiência fundamental para a minha formação profissional e política foi o Manguieira Vestibulares, um dos primeiros pré-vestibulares populares e comunitários criados na cidade do Rio de Janeiro e que integrei por vários anos. O MV teve início no segundo semestre de 1990 a partir da iniciativa conjunta de alguns estudantes do 3º ano e professores de um colégio estadual localizado na Manguieira, com o objetivo de dar aulas de reforço de algumas matérias para o grupo de estudantes interessados em fazer vestibular para as universidades públicas. Com a aprovação de alguns estudantes no vestibular realizado no final de 1990, a iniciativa ganhou vulto e se expandiu para todas as disciplinas no ano seguinte. Foi nesse contexto que fui convidado a dar aula de Geografia. Empolgado com a iniciativa, logo convidei outros colegas, meu velho camarada Leon e Marquinhos (Couto). Com eles e também durante um breve tempo com o saudoso Nahylson, desenvolvemos uma prática que carrego até hoje, a das aulas conjuntas. Foram inúmeras as aulas dadas em conjunto, assim como os trabalhos de campo realizados, o que redundou em muito aprendizado mútuo, mas também em piadas que lembramos até hoje... Minha participação no MV se estendeu por toda a década de 1990 e a primeira metade da década de 2000.

A militância na oposição sindical

Paralelamente a esse processo de formação profissional iniciei também minhas primeiras experiências de militância sindical, no Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro (Sinpro) – ligado à rede particular – e no Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe) – vinculado à rede pública. Participei de inúmeras assembleias, reuniões, manifestações, greves, tanto na rede pública, quanto na rede particular – isso mesmo, na época se fazia greve na rede particular. Cheguei a ser demitido de um cursinho depois de dar apenas uma aula, pois recém tinha sido contratado quando começou uma greve e fui o único a aderir ao movimento grevista no cursinho...

Acabei me envolvendo politicamente de forma mais intensa com a organização da oposição sindical do Sinpro, na qual cheguei a integrar uma chapa que concorreu à eleição do sindicato, mas acabou derrotada.

As experiências de intervir em assembleia, participar de piquetes, integrar mesas de negociação, comandar manifestações e coordenar uma campanha eleitoral foram de grande significado para minha formação política, num momento delicado para o país, o conturbado governo Collor, as mobilizações pelo seu impedimento e a efetivação das primeiras medidas neoliberais, aí incluídas as privatizações que foram combatidas nas ruas e duramente reprimidas – foi nessa época que enfrentei as primeiras bombas de gás lacrimogêneo...

O CPDA, A APROXIMAÇÃO COM O MST E A RETOMADA DA MILITÂNCIA NA AGB

Marcado pela própria natureza



*O Nordeste do meu Brasil
Oh! solitário sertão
De sofrimento e solidão
A terra é seca
Mal se pode cultivar
Morrem as plantas e foge o ar
A vida é triste nesse lugar
Sertanejo é forte
Supera miséria sem fim
Sertanejo homem forte
Dizia o Poeta assim (bis)
Foi no século passado
No interior da Bahia
O Homem revoltado com a sorte do mundo em que vivia
Ocultou-se no sertão espalhando a rebeldia
Se revoltando contra a lei
Que a sociedade oferecia
Os Jagunços lutaram
Até o final
Defendendo Canudos
Naquela guerra fatal (bis)*

***Os sertões
Edeor de Paula***

Em meados da década de 1990, comecei a sentir necessidade de voltar a estudar, pois alguns textos que caíam na minha mão me pareciam incompreensíveis. Embora a fase mais aguda da proletarização docente tivesse sido superada, continuava com uma carga horária elevada, que dificultava a dedicação a novas leituras.

Tomada a decisão de buscar um curso de pós-graduação, comecei a pesquisar as possibilidades existentes no Rio de Janeiro, uma vez que não estava disposto a sair da cidade, onde já tinha uma vida razoavelmente estruturada. Na época só existia um Mestrado em Geografia, o da UFRJ, mas a linha seguida pelos/as professores/as da área de agrária não me agradava. Foi então que descobri o Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, hoje Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – ligado à UFRRJ, a Universidade Rural. Após alguns meses de intensa dedicação às leituras, fui aprovado no processo seletivo com direito a uma bolsa de estudos. Diante dessa possibilidade reduzi drasticamente minha carga horária nas escolas a partir de 1995. Pedi demissão em uma escola particular e licença na rede pública estadual, permanecendo só no MV e no CEAT, com redução de carga.

A consolidação da questão agrária como campo de pesquisa e militância

Corria o primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), eleito com amplo apoio popular diante dos efeitos do Plano Real de redução drástica da inflação. Porém, com o avanço das medidas neoliberais e suas consequências nefastas em termos de desemprego no



campo e na cidade, as manifestações populares foram retomadas, com destaque para as ocupações de terra capitaneadas pelo MST no rastro da descoberta da grilagem de terras no Pontal do Paranapanema, em pleno estado de São Paulo. No final de 1995 ocorreu o Massacre de Corumbiara/RO e em abril de 1996, o Massacre de Eldorado de Carajás/PA. A questão agrária definitivamente voltara à pauta nacional.

No estado do Rio, o MST conquista o primeiro assentamento em terras de usinas sucroalcooleiras falidas, após a ocupação da Fazenda Capelinha, em Conceição de Macabu. Ao mesmo tempo em que me dedicava a estudar a questão agrária no Mestrado, colaborava com o MST no seu processo de reorganização no estado do Rio, em especial após a chegada de jovens militantes vindos do Iterra, escola de formação que o MST mantinha no Rio Grande do Sul, alguns dos quais se tornaram grandes amigos, como Celso e, em especial, Marina – que anos mais tarde viria a ser minha orientanda no Mestrado da Unesp, além de vizinha na *Vila Campesina*. Fiz inúmeras atividades de formação nos acampamentos e assentamentos, bem como contribuí na organização de vários encontros de Sem Terrinha, desde o I Encontro dos Sem Terrinha do Rio de Janeiro, realizado no CEAT. Também participei de várias reuniões da Direção Estadual do MST contribuindo com a análise das lutas pela terra no Rio de Janeiro.

Durante o Mestrado publiquei meus primeiros artigos acadêmicos, resultantes de trabalhos finais de disciplina, com foco na reforma agrária e na relação campo-cidade. A dissertação que teve como tema “Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbana nos assentamentos rurais” foi defendida em 1997, sob a orientação do professor Sergio Leite, com quem desenvolvi uma relação de muito respeito e admiração. A tese central desenvolvida a partir de pesquisas de campo em dois assentamentos rurais era a importância de pensar a reforma agrária para além da dicotomia rural-urbano, incorporando trabalhadores/as com trajetória urbana e atividades não-agrícolas nos assentamentos rurais. Quase 25 anos depois acredito que a tese segue de pé.

Em 1999 ingressei no Doutorado, novamente no CPDA, onde havia permanecido trabalhando numa pesquisa sobre “Impactos regionais dos assentamentos rurais”, coordenado pelo meu orientador e pela professora Leonilde Medeiros, referência fundamental dos debates sobre os movimentos sociais rurais. Dessa pesquisa resultou um livro onde consta o primeiro capítulo de livro que publiquei, em coautoria com Sergio Leite, Leonilde Medeiros, Adriane Benedetti e Inês Cabanilha.

Após quatro anos atribulados que envolveram a participação em mais uma pesquisa “Assentamentos rurais em perspectiva comparada” e o nascimento da minha filha, carinhosamente apelidada de Chinelinha, concluí o doutorado. A tese intitulada “Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro”, mais uma vez orientada pelo Sergio Leite, defendia a importância da reforma agrária para o desenvolvimento da agricultura no estado do Rio de Janeiro e a reconfiguração do território fluminense, amparada em pesquisas de campo realizadas em quatro assentamentos rurais. A pesquisa “Assentamentos rurais em perspectiva comparada” resultou ainda no primeiro livro que publiquei, *Conhecendo assentamentos rurais no Rio de Janeiro*, em coautoria com Elizabeth Linhares, Leonilde Medeiros e Luciano Padrão.

O momento parecia muito promissor para a reforma agrária, com a eleição em 2002 do Lula e a euforia gerada na esquerda em geral e nos movimentos sociais do campo em particular, embora eu mesmo não tivesse grandes expectativas, afastado que estava do PT desde 1998, por insatisfação com a política de alianças do partido, explicitada pela intervenção do Diretório Nacional no Rio de Janeiro naquele ano, para impor o apoio do PT do Rio de Janeiro à chapa



encabeçada pelo Garotinho (PDT) e secundada pela Benedita da Silva, ao passo que a Convenção Estadual deliberara pela candidatura do Wladimir Palmeira.

A retomada da militância na AGB

A conclusão do Mestrado havia me possibilitado voltar a circular nos meios acadêmicos da Geografia e a retomar minha atuação na AGB. No ENG de Vitória da Conquista, em 1998, participei pela primeira vez como palestrante numa Mesa Redonda no ENG. De lá, saí com a tarefa de reorganizar a AGB-Rio, que estava sem diretoria local desde 1996. Após intensas articulações recriamos a AGB-Rio e atuamos em estreita parceria com a AGB-Niterói na organização dos Encontros Estaduais de Professores de Geografia – EEPGs, tendo o primeiro sido realizado em 1999. Também contribuímos ativamente na implantação de uma nova modalidade de apresentação de trabalhos nos encontros de Geografia, experimentada pela primeira vez no I EEPG e depois no mesmo ano no Encontro Nacional de Ensino de Geografia – Fala Professor, realizado em Curitiba: os Espaços de Diálogo – depois renomeados como Espaços de Diálogos e Práticas – que são até hoje a marca dos encontros da AGB.

Como desdobramento do envolvimento com a questão agrária e a retomada da militância na AGB, criamos no final de 2002 o Grupo de Trabalho de Assuntos Agrários das AGBs Rio de Janeiro e Niterói – ao qual daremos destaque adiante.

UERJ: A BUSCA PELA ARTICULAÇÃO ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO

*Vejam essa maravilha de cenário
É um episódio relicário
Que o artista, num sonho genial
Escolheu para este carnaval
E o asfalto como passarela
Será a tela
Do Brasil em forma de aquarela
Passeando pelas cercanias do Amazonas
Conheci vastos seringais
No Pará, a ilha de Marajó
E a velha cabana do Timbó
Caminhando ainda um pouco mais
Deparei com lindos coqueirais
Estava no Ceará, terra de Irapuã
De Iracema e Tupã
Fiquei radiante de alegria
Quando cheguei na Bahia
Bahia de Castro Alves, do acarajé
Das noites de magia, do Candomblé
Depois de atravessar as matas do Ipu
Assisti em Pernambuco
A festa do frevo e do maracatu
Brasília tem o seu destaque
Na arte, na beleza, arquitetura
Feitiço de garoa pela serra*



*São Paulo engrandece a nossa terra
Do leste, por todo o Centro-Oeste
Tudo é belo e tem lindo matiz
E o Rio dos sambas e batucadas
Dos malandros e mulatas
De requebros febris
Brasil, estas nossas verdes matas
Cachoeiras e cascatas de colorido sutil
E este lindo céu azul de anil
Emolduram, aquarelam meu Brasil
Lá, lararará Lá, lararará*

***Aquarela brasileira
Silas de Oliveira***

Poucos meses antes de defender a Tese, no primeiro semestre de 2003, apareceu a oportunidade de realizar um concurso para o Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Era o segundo concurso para o magistério superior que realizava, pois tinha feito um logo após concluir o Mestrado para o Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF), no qual tinha sido aprovado em segundo lugar, por conta de uma nota baixíssima obtida no currículo. Com a Tese de Doutorado concluída e um currículo um pouco mais robusto fui aprovado em primeiro lugar, apesar do concurso não ser para a área de Agrária, mas de Geografia Regional.

Após 15 anos de magistério na educação básica, um novo desafio se abria, ser professor universitário. Embora sejam experiências diferentes, não tenho dúvidas de que os longos anos de magistério na educação básica muito contribuíram para minha rápida adaptação ao ensino universitário, mesmo circulando por diversas disciplinas nos primeiros anos de UERJ. Aos poucos fui sendo alocado nas disciplinas que tratavam da Geografia Agrária, embora sem ter esse nome, para as quais tinha mais capacitação e o Departamento carência de professores efetivos, valendo-se por muitos anos de contratos temporários. Com a reforma curricular de 2006, fui definitivamente alocado na recém-criada disciplina de Geografia Agrária. Desde então, ministrei essa disciplina ininterruptamente até 2020, quando do advento da pandemia de covid-19.

Também ministrei algumas vezes a disciplina eletiva Movimentos sociais e Geografia, aprofundando reflexões teórico-conceituais sobre essa temática, muitas vezes em parceria com outros colegas, como Renato Emerson e Matheus Grandi, retomando a prática de aulas conjuntas de tão boa memória, desde o MV.

Mais tarde, após a criação do Mestrado, essa prática de aulas conjuntas foi institucionalizada, permitindo frutíferos diálogos com colegas como Marquinhos, Tatão, Lula, Denilson e Santana, na disciplina de Produção Social do Espaço e também na eletiva Movimentos sociais e Geografia, com Matheus Grandi.

Além do ensino, assim que entrei na UERJ comecei a estruturar minhas pesquisas. Comecei dando prosseguimento a temáticas que tinha desenvolvido no Doutorado, criando já em 2003 um projeto que desenvolvo até hoje, o *Atlas dos Conflitos Fundiários Rurais no Estado do Rio de Janeiro*, dedicado a qualificar e atualizar o mapeamento sobre os conflitos que tinha



começado a desenvolver – de forma um tanto artesanal – para a Tese. A formação em cartografia temática e geoprocessamento que os estudantes envolvidos na pesquisa tinham no curso de Geografia da FFP foi fundamental para viabilizar o desenvolvimento da pesquisa.

Desafiado a pensar como articular o debate da Geografia Agrária com a formação docente, criei em 2005 o projeto *Novas Metodologias para o Ensino de Geografia Agrária no Rio de Janeiro*, dedicado a pensar criticamente a Geografia Agrária ensinada na educação básica e a propor alternativas pedagógicas e materiais didáticos para os/as professores/as da rede pública.

No ano de 2007 abri uma nova frente de pesquisa em torno da *Educação do Campo*, fruto de diálogos com o MST, como desdobramento de um projeto no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), voltado para a alfabetização e escolarização nos anos iniciais de trabalhadoras e trabalhadores rurais acampados/as e assentados/as.

Além do ensino e da pesquisa, desde 2003 passei também a me dedicar à extensão. Criei, junto com um grupo de estudantes que já vinha realizando ações em um acampamento do MST no Rio de Janeiro, o projeto *Bibliotecas Populares nos Assentamentos Rurais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro*, mais tarde ampliado para outras regiões do estado do Rio, que além de organizar bibliotecas nos assentamentos, também elaborava cartilhas e mais tarde vídeos sobre a luta empreendida pelos assentados e assentadas para conquistar a terra.

De 2006 a 2009 coordenei o projeto *Educação de Jovens e Adultos: escolarização no 1º segmento (1ª à 4ª série) do ensino fundamental* no âmbito do Pronera, uma experiência que me possibilitou aprofundar ainda mais meu conhecimento sobre os assentamentos rurais do Rio de Janeiro, uma vez que eram 24 turmas espalhadas por 22 assentamentos e 16 municípios do estado, que percorri incansavelmente ao longo deste período, acompanhado dos monitores da UERJ (Debora, Diógenes, Rejane e Thiago) e das coordenadoras do MST (Bia, Elis, Fernanda, Leide e Luciana).

Mais recentemente desenvolvi outra ação extensionista, o projeto *Memórias das Lutas pela Terra no Estado do Rio de Janeiro*, em parceria com a professora Leonilde Medeiros do CPDA/UFRRJ e o professor Fabricio Teló, da UFF. O projeto visava realizar oficinas com professores da rede pública municipal e estadual resgatando a memória das lutas pela terra no estado, subsidiadas pela pesquisa coordenada pela Leonilde no âmbito da Comissão da Verdade Camponesa sobre os conflitos e a repressão no campo fluminense e o mapeamento dos conflitos realizados pelo Atlas dos Conflitos Fundiários Rurais no Estado do Rio de Janeiro. Além de várias edições do curso esse projeto rendeu ainda a publicação de um livro infantil sobre a luta pela terra em Cachoeiras de Macacu, *Contando histórias da terra e das águas*, escrito junto com a Leonilde, o Fabrício, o Ricardo Braga e a Ana Motta, com belíssimas ilustrações do Silas e da Raiene, trabalhadores rurais, militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e moradores do vale do rio Guapiaçu.

Todas essas pesquisas, ações extensionistas, bem como os trabalhos de campo realizados todo semestre na disciplina de Geografia Agrária ampliou e aprofundou ainda mais meu conhecimento sobre e meus contatos nos acampamentos e assentamentos no estado do Rio de Janeiro. Também estreitaram ainda mais minha relação com o MST, colaborando com vários setores e instâncias, em especial Educação, Formação e Frente de Massa.

Tive ainda na UERJ duas breves experiências formais na administração universitária: fui subchefe do Departamento de Geografia entre o final dos anos 2000 e início dos anos 2010, quando o chefe era meu camarada Renato; desde maio de 2021 estou Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia, tendo o André como Coordenador Adjunto. Mas, integrei



diversas comissões do Departamento de Geografia ao longo dos quase 20 anos de UERJ, entre elas a de Horário e a de Espaço.

UFF E FIOCRUZ: BREVES, MAS ENRIQUECEDORAS EXPERIÊNCIAS

*Ninguém ouviu
Um soluçar de dor
No canto do Brasil
Um lamento triste
Sempre ecoou
Desde que o índio guerreiro
Foi pro cativo
E de lá cantou
Negro entoou
Um canto de revolta pelos ares
No Quilombo dos Palmares
Onde se refugiou
Fora a luta dos Inconfidentes
Pela quebra das correntes
Nada adiantou
E de guerra em paz
De paz em guerra
Todo o povo dessa terra
Quando pode cantar
Canta de dor
Ô, ô, ô, ô, ô, ô
Ô, ô, ô, ô, ô, ô
Ô, ô, ô, ô, ô, ô
E ecoa noite e dia
É ensurdecedor
Ai, mas que agonia
O canto do trabalhador
Esse canto que devia
Ser um canto de alegria
Soa apenas
Como um soluçar de dor
Canto das três raças*
Mauro Duarte e Paulo Cesar Pinheiro

Meu ingresso na UERJ se deu no regime de 20 horas, de forma que mantive meu vínculo com o CEAT e o MV. Em 2005 fiz uma seleção para professor substituto no Departamento de Geografia da UFF. Em um ano de UFF ministrei diversas disciplinas, o que também me permitiu ampliar o conhecimento acerca de temas que estudara pouco até então. Embora fosse um contrato com a marca da precariedade que caracteriza os contratos de professor substituto nas universidades públicas brasileiras, representou para mim, além de um reforço no orçamento familiar, uma oportunidade de estreitar laços com o Laboratório de



Estudos sobre Movimentos Sociais e Territorialidades (Lemto-UFF), coordenado pelo Carlos Walter Porto- Gonçalves. Essa aproximação rendeu a realização da pesquisa *Atlas dos conflitos no campo brasileiro* em estreita colaboração com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e envolvimento de vários estudantes da UFF e da FFP. Como resultado da pesquisa, publicamos, eu, Carlos Walter e Luiza Chuva, minha ex-aluna no Ceat, o *Atlas dos Conflitos no Campo Brasileiro* em formato de CD.

Em 2010 fui convidado para trabalhar como pesquisador visitante da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), para contribuir com o desenvolvimento de parcerias entre a EPSJV e os movimentos sociais do campo. Aceitei o convite porque avalei que seria uma oportunidade interessante e desafiadora, numa instituição que desconhecia totalmente. Não sem tristeza encerrei meu ciclo de quase 20 anos no Ceat, para frustração da minha filha que ansiava por ser minha aluna quando chegasse no Ensino Médio.

Na Fiocruz coordenei junto com Virginia Fontes um curso denominado Trabalho, Educação e Movimentos Sociais (TEMS) em parceria com o Setor de Educação do MST que era na realidade dedicado ao debate do marxismo e sua contribuição para a educação. Foram duas turmas do curso e quatro anos de intenso trabalho e reforço de meus conhecimentos sobre o pensamento marxiano, a partir das conversas com a Virginia, mas também pela possibilidade de assistir a aulas de alguns dos mais renomados marxistas brasileiros.

Também organizei uma das minhas principais publicações, o *Dicionário da Educação do Campo*, obra que reuniu mais de 100 autores na elaboração de cento e poucos verbetes, dos quais só eu, responsável pelo eixo Campo do Dicionário revisei mais de 50, além de ter escrito quatro. As oficinas preparatórias e as discussões com o outro organizador, Gaudêncio Frigotto e as outras organizadoras, Roseli Caldart e Isabel Brasil foram também muito profícuas. Alguns anos depois, quando já não estava mais na Fiocruz, fui convidado para participar das oficinas de construção do *Dicionário de Agroecologia e Educação*, para o qual acabei contribuindo com 2 verbetes, escritos em parceria com ex-alunas, Luiza Chuva e Daniela Egger.

Em quatro anos de Fiocruz acabei também contribuindo para os debates iniciais da montagem do Mestrado em Saúde que a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) desenvolveu em parceria com o Setor de Saúde do MST. E foi também no TEMS que conheci e me aproximei da Marcinha, minha companheira por muitos anos.



CPN, ENFF E TerritoriAL: NOVOS DESAFIOS

*Uns com tanto
Outros tantos com algum
Mas a maioria sem nenhum
Uns com tanto
Outros tantos com algum
Mas a maioria sem nenhum
Esta história de falar em só fazer o bem
Não convence quando o efeito não vem
Porque somente as palavras não dão solução
Aos problemas de quem vive em tamanha aflição
Uns com tanto
Outros tantos com algum
Mas a maioria sem nenhum
Uns com tanto
Outros tantos com algum
Mas a maioria sem nenhum
Há muita gente neste mundo estendendo a mão
Implorando uma migalha de pão
Eis um conselho pra quem vive por aí a esbanjar:
Dividir para todo mundo melhorar*

***Maioria sem nenhum
Elton Medeiros e Mauro Duarte***

A aproximação com o Setor de Educação do MST rendeu minha indicação para integrar a Comissão Pedagógica Nacional do Pronera (CPN) e o quadro de professores colaboradores da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), criada pelo MST em 2005.

A participação na CPN gerava em mim sentimentos contraditórios. A CPN era o órgão deliberativo do Pronera, programa que fora uma importante conquista dos movimentos sociais do campo e que estava contribuindo de forma significativa para ampliar o acesso à educação dos/as assentados e assentadas. Sua composição mesclava dirigentes dos movimentos sociais do campo e professores e professoras universitários/as com forte vinculação à luta pela reforma agrária, o que a transformava em um espaço formidável de debates políticos e agradável convivência – inclusive no que diz respeito aos animados papos regados a cerveja que se estendiam pelas noites de Brasília, em especial com Jonas Duarte, Fernando Michelotti, Nalva Araújo. Entretanto, o Pronera estava institucionalmente vinculado ao Incra e submetido a um governo que já abandonara a reforma agrária como política estruturalmente transformadora da sociedade brasileira. Assim, estávamos na contraditória situação de tentar fazer avançar o Pronera num contexto de retrocesso da reforma agrária. Não tardou a se acentuarem ainda mais as contradições, quando a partir do golpe de 2016 a CPN, embora formalmente mantida, começou a ser esvaziada e seus atos ignorados, bem como o Pronera desfinanciado, até ser extinta a CPN em 2019.

Seguramente me sentia mais confortável na ENFF. Sua arquitetura, o processo coletivo de construção, a dinâmica organizativa, a presença de militantes de diversos movimentos do



Brasil e do mundo fazem da ENFF uma escola diferente e especial e sem dúvida a oportunidade de lecionar na ENFF me trouxe muito mais conhecimentos do que eu pude compartilhar com os estudantes com os/as quais convivi lá. Iniciei minha colaboração com a ENFF em cursos livres e depois fui indicado para ser um de seus representantes no curso de Mestrado em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe (TerritoriAL), construído pela ENFF em parceria com a Unesp.

As aulas na ENFF e no TerritoriAL e as orientações de militantes de diversos movimentos sociais do Brasil e do exterior ampliaram ainda mais meu horizonte de conhecimentos sobre as lutas sociais no país e no mundo. No TerritoriAL assumi inicialmente a disciplina Economia Política da América Latina e Caribe, o que me obrigou a um enorme esforço de leitura e preparação de aulas sobre um tema que dominava muito pouco. Anos depois, após uma reformulação curricular, a disciplina foi fundida com outra dedicada a debates sobre as transformações no mundo do trabalho, coordenada pelo meu velho amigo de AGB Antonio Thomaz Jr. A oportunidade de dividir a nova disciplina - Economia Política e Trabalho – com o Thomaz e mais tarde também com o Marcelo Carvalhal foi bastante enriquecedora. Mais recentemente, o TerritoriAL me permitiu estreitar laços com José Gilberto de Souza, o Giba, Marco Mitidiero e Pedro Christófoli.

Foi também nesse contexto de intensificação das relações com o MST que participei ativamente da Articulação dos/das Professores/as Universitários/as com o MST, contribuindo na organização de três Encontros Nacionais dos Professores Universitários com o MST (2011, 2013 e 2016), além do III Seminário Nacional: O MST e a Pesquisa, que resultou no livro “MST, Universidade e Pesquisa”, que organizei junto com Roseli Caldart. Também como resultado desse processo de articulação foi criada a Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (Jura) em 2014, que desde então realizamos na FFP, como parte das ações do GeoAgrária e aglutinando outros e outras colegas do DGeo – como Marquinhos, Matheus e Tinoco – e da Unidade – como Márcia e Tereza.

DE ESTILINGUE A VIDRAÇA: DEN E ASDUERJ

*O galo já não canta mais no Cantagalo
A água não corre mais na Cachoeirinha
Menino não pega mais manga na Mangueira
E agora que cidade grande é a Rocinha
Ninguém faz mais jura de amor no Juramento
Ninguém vai-se embora do Morro do Adeus
Prazer se acabou lá no Morro dos Prazeres
E a vida é um inferno na Cidade de Deus
Não sou do tempo das armas
Por isso ainda prefiro
Ouvir um verso de samba
Do que escutar som de tiro
Não sou do tempo das armas
Por isso ainda prefiro
Ouvir um verso de samba
Do que escutar som de tiro
Pela poesia dos nomes de favela
A vida por lá já foi mais bela*



*Já foi bem melhor de se morar
Hoje essa mesma poesia pede ajuda
Ou lá na favela a vida muda
Ou todos os nomes vão mudar*

Nomes de favela
Paulo Cesar Pinheiro

O início dos anos 2010 foi marcado também pela minha participação na Diretoria Executiva Nacional (DEN) da AGB. Eu que tanto tempo fora oposição a DENs as mais diversas acabei sendo convencido a compor uma chapa para a DEN no ENG de Porto Alegre. Fui eleito 1º Secretário na chapa liderada pelo Nelson Rego – que eu pouco conhecia – da AGB Porto Alegre. Foram anos de intensa dedicação à AGB, participando de todas as RGCs do biênio e da organização do Fala Professor de Juiz de Fora e do ENG de Belo Horizonte, ambos em Minas Gerais. Quando achei que meu ciclo na DEN estava concluído, fui pressionado a aceitar integrar novamente a chapa – dessa vez encabeçada pelo meu colega de FFP e amigo de longa data da AGB-Rio, Renato – diante do impasse criado no ENG de BH, no qual até a Plenária Final nenhuma chapa havia se formado. Foram mais dois anos de RGCs pelo Brasil afora, mas pelo menos um só encontro para organizar, o CBG de Vitória/ES.

Antes ainda de terminar meu mandato na DEN novo desafio se colocou, integrar a Diretoria da Associação dos Docentes da UERJ, Asduerj. Minha intensa participação na greve de 2012 – que conquistou a implantação do regime de Dedicação Exclusiva – levou meus e minhas colegas da FFP a me indicar para representar a unidade na Diretoria que foi eleita no final de 2013. Mais uma vez, eu que fora oposição sindical durante tanto tempo no Sinpro e que mesmo na Asduerj travara vários embates com as diretorias, sobretudo nas greves, virava vidraça, como 2º Vice-Presidente da Asduerj, na diretoria presidida pelo meu amigo Bruno Deusdará.

Os anos de 2013 a 2015 foram de relativa tranquilidade na UERJ e o trabalho na Diretoria da Asduerj não chegava a ser extenuante, embora tivéssemos travado uma importante luta por concursos e contra o plano do então reitor de fazer da UERJ uma universidade com uma pequena quantidade de professores/as de tempo integral, dedicação à pesquisa e plenos direitos, em meio a uma massa de precarizados/as dedicados/as tão somente ao ensino e sem direitos trabalhistas. O Termo de Ajuste de Conduta (TAC) assinado então foi a base para a realização de uma grande leva de concursos na UERJ de 2014 em diante, renovando e ampliando o corpo docente dedicado exclusivamente à UERJ. Se o primeiro mandato como integrante da Diretoria da Asduerj foi de relativa tranquilidade, o segundo foi tempestuoso – agora como 1º Vice-presidente tendo minha querida amiga Lia Rocha como Presidente. A UERJ passou simplesmente pela maior crise de sua história e nós conduzimos 3 (três) greves num intervalo de 2 (dois) anos. O primeiro sinal da crise se anunciou ainda no final de 2015, quando os trabalhadores terceirizados ficaram com dois meses de salários atrasados. Em 2016 iniciamos uma greve por recomposição salarial que acabou redundando na reformulação do Plano de Cargos e Salários (PCS). Apesar de uma conjuntura extremamente desfavorável, com o golpe de 2016 em andamento, conseguimos aprovar um PCS com importantes conquistas para a categoria, embora com um tumultuado final de greve que eu acompanhei à distância, pois na semana decisiva da negociação estava em São Luís/MA, participando do ENG. No ano seguinte a crise explodiu com a demissão em massa de terceirizados/as e professores/as,



servidores/as técnico-administrativos/as e estudantes acumulando por duas vezes quatro meses de atraso de salários e bolsas. Vale dizer que não era uma crise exclusivamente da UERJ, pois todo o funcionalismo público do estado do Rio ficou sem salário. Quando a reitoria da UERJ resolveu que as aulas deveriam voltar, mesmo com salários e bolsas atrasados, decretamos a segunda greve. Foram três meses de greve com muitas assembleias e manifestações, várias delas reprimidas violentamente pela polícia, depois que, num acordo espúrio, o setor de segurança teve seus salários colocados em dia (junto com a educação básica e os servidores do legislativo e do judiciário). Mas também de atos memoráveis, como o acampamento em frente ao Palácio Guanabara, o ato na porta do prédio do governador em exercício Francisco Dornelles e o que resultou na queda do então secretário de Planejamento, Julio Bueno. Quando os salários foram colocados praticamente em dia (faltava o 13º do ano anterior) suspendemos a greve. Porém, os pagamentos voltaram a atrasar e em setembro de 2017 voltamos a entrar em greve, a terceira sob o mesmo mandato de uma diretoria, às vésperas do encerramento do mandato da diretoria, certamente um recorde difícil de quebrar e que muito orgulha minha querida presidente Lia Rocha...

Terminei minha jornada como diretor da Asduerj em plena greve, passando o pepino da condução da Asduerj para o meu camarada Guilherme Vargues.

GEOAGRÁRIA

*Os bóias-frias
Quando tomam umas biritas
Espantando a tristeza
Sonham com bife-a-cavalo, batata-frita
E a sobremesa
É goiabada cascão com muito queijo
Depois café, cigarro e um beijo
De uma mulata chamada Leonor ou Dagmar
Amar
O rádio de pilha, o fogão jacaré, a marmita,
o domingo
O bar
Onde tantos iguais se reúnem e contando
mentiras
Pra poder suportar
Ai, são pais-de-santo, paus-de-araras são passistas
São flagelados, são pingentes, balconistas
Palhaços, marcianos, canibais, lírios, pirados
Dançando dormindo de olhos abertos à sombra
Da alegoria dos faraós embalsamados*

**Rancho da Goiabada
João Bosco e Aldir Blanc**

Depois de quatro anos de DEN-AGB e mais quatro de Asduerj, decidi que era hora de voltar a me dedicar mais às atividades de ensino, pesquisa e extensão, sobretudo as duas



últimas, que nunca abandonara totalmente, mas que ficaram bastante prejudicadas, em especial no segundo mandato na Asduerj, em função da monumental crise da UERJ e das sucessivas greves.

Voltei-me então para a reestruturação do Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Geografia Agrária (GeoAgrária) que criara em meados dos anos 2000 para articular o conjunto das atividades de pesquisa e extensão mencionados anteriormente. Intensifiquei as reuniões com os/as estudantes, retomamos os trabalhos de campo e os seminários temáticos voltados para discussão de textos, com a importante contribuição do Lula (Luiz Jardim), que entrara na FFP na leva de concursos de 2015/2016, e passou a contribuir com o GeoAgrária. Também ampliamos a integração dos estudantes do Mestrado no GeoAgrária e integramos professores da educação básica que tinham sido alunos da FFP, como Thiago e Tássia, como colaboradores.

Quando as coisas pareciam se aproximar de uma certa “normalidade” e estávamos conseguindo dar um sentido mais integrado aos diversos projetos, atualizáramos e incrementáramos o blog do GeoAgrária (www.geoagrariaffpuerj.blogspot.com), veio a pandemia da covid-19...

GTAGRÁRIA

*Vai passar
Nessa avenida um samba popular
Cada paralelepípedo
Da velha cidade
Essa noite vai
Se arrepiar
Ao lembrar
Que aqui passaram sambas imortais
Que aqui sangraram pelos nossos pés
Que aqui sambaram nossos ancestrais
Num tempo
Página infeliz da nossa história
Passagem desbotada na memória
Das nossas novas gerações
Dormia
A nossa pátria mãe tão distraída
Sem perceber que era subtraída
Em tenebrosas transações
Seus filhos
Erravam cegos pelo continente
Levavam pedras feito penitentes
Erguendo estranhas catedrais
E um dia, afinal
Tinham direito a uma alegria fugaz
Uma ofegante epidemia
Que se chamava carnaval
O carnaval, o carnaval*



(Vai passar)
Palmas pra ala dos barões famintos
O bloco dos napoleões retintos
E os pigmeus do bulevar
Meu Deus, vem olhar
Vem ver de perto uma cidade a cantar
A evolução da liberdade
Até o dia clarear
Ai, que vida boa, olerê
Ai, que vida boa, olará
O estandarte do sanatório geral vai passar
Ai, que vida boa, olerê
Ai, que vida boa, olará
O estandarte do sanatório geral
Vai passar

Vai passar
Chico Buarque e Francis Hime

Outro espaço fundamental da minha atuação no século XXI foi o GTAgrária das AGBs Rio e Niterói, criado no final de 2002, junto com Bira, Monica – grandes amigos que depois se mudaram para a aprazível Recife – e Jaque, então minha companheira e mãe da minha filha.

Nos primeiros anos o GT se voltou para o debate da reforma agrária, pois com a eleição do Lula havia uma imensa expectativa por parte dos movimentos sociais do campo em torno da realização da reforma agrária no país. Nos juntamos a esse esforço contribuindo com a elaboração do texto base para o II Plano Regional de Reforma Agrária do Rio de Janeiro (PRRA/RJ), ao longo do ano de 2003. Entretanto, já no final desse primeiro ano do governo Lula ficava evidente que a reforma agrária não seria realizada. O texto base do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), elaborado pela equipe coordenada por Plínio de Arruda Sampaio, foi engavetado e substituído por outro muito menos ambicioso construído nas entranhas do Ministério do Desenvolvimento Agrário. O PRRA que construímos aqui no Rio teria o mesmo destino, as gavetas do Incra-RJ.

Na realidade, a dimensão de composição de classes do governo Lula ficava cada vez mais evidente e a reforma agrária foi sacrificada em nome do pacto com o emergente agronegócio. Em troca, os movimentos sociais do campo receberam um tratamento mais cordial – diferente da crescente repressão dos anos finais do governo FHC – e a implantação e/ou ampliação de um conjunto de políticas de apoio à agricultura familiar, aos assentamentos rurais e a comunidades quilombolas e camponesas que melhoraram as condições de vida desses, mas não enfrentaram as desigualdades estruturais seculares existentes no campo brasileiro. Essas primeiras reflexões do GT foram condensadas no I Caderno de Textos do GT, publicado em 2007.

No final da década de 2000, o MST-RJ, então dirigido pelos meus vizinhos e camaradas Durão e Nivia, provocou o GT a se debruçar sobre um novo processo que começava a se evidenciar no estado do Rio de Janeiro – assim como em várias outras partes do território brasileiro: os grandes projetos de desenvolvimento e seus impactos sobre o espaço agrário e as comunidades rurais.



Abriu-se então um novo ciclo de atuação do GT, analisando conflitos gerados por empreendimentos como: (1) o Complexo Industrial e Portuário do Açú (CIPA), localizado em São João da Barra, mas com impactos também em Campos dos Goytacazes, em especial nos assentamentos Zumbi dos Palmares, Che Guevara, Ilha Grande e Oziel Alves; (2) o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), localizado em Itaboraí, mas com impactos também em Cachoeiras de Macacu, em especial a proposta de construção de uma barragem no vale do rio Guapiaçu; (3) o Aretê, megaempreendimento imobiliário, localizado em Armação dos Búzios, em terras reivindicadas pela comunidade quilombola da Baía Formosa.

Nesse processo nos aproximamos de outros movimentos sociais, além do MST, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Rio de Janeiro (Aquilerj). Tais estudos estão materializados no II Caderno de Textos do GT, publicado em 2012, mas também em diversos artigos na seção de GTs da Revista Terra Livre, da AGB e, sobretudo, no livro publicado em 2021 “Geografia dos grandes projetos de desenvolvimento: reflexões a partir dos conflitos no estado do Rio de Janeiro”. Este livro, construído coletivamente junto com 8 integrantes do GT – Ana Costa, Eduardo Barcelos, Eduardo Tavares, Luiz Jardim, Pedro D’Andrea, Pedro Leão, Vinicius Martins e Thiago Lucas Alves da Silva – e a colaboração num capítulo de Gabriel Siqueira, é sem dúvida uma das minhas principais publicações, resultado de anos de trabalho coletivo e pesquisa-militante lado a lado com movimentos sociais como o MST, o MAB e associações de pequenos agricultores e de quilombolas.

E AGORA?

*Relíquia do folclore nacional
Jóia rara que apresento
Nesta paisagem em que me vejo
No centro da paixão e do tormento
Sem nenhuma ilusão
Neste cenário de tristeza
Relembro momentos de real bravura
Dos que lutaram com ardor
Em nome do amor à natureza
Relembro momentos de real bravura
Dos que lutaram com ardor
Em nome do amor à natureza
Cinzentas nuvens de fumaça
Umedecendo os meus olhos
De aflição e de cansaço
Imensos blocos de concreto
Ocupando todos os espaços
Daquela que já foi a mais bela cidade
Que o mundo inteiro consagrou
Com suas praias tão lindas
Tão cheias de graça, de sonho e de amor
Flutua no ar o desprezo
Desconsiderando a razão*



*Que o homem não sabe se vai encontrar
Um jeito de dar um jeito na situação
Uma semente atirada
Num solo fértil não deve morrer
É sempre uma nova esperança
Que a gente alimenta de sobreviver
É sempre uma nova esperança
Que a gente alimenta de sobreviver*

*Amor à natureza
Paulinho da Viola*

Os anos de 2010 a 2017 foram de intensa dedicação às atividades políticas, primeiro na AGB, depois na Asduerj, como toda a turbulência da maior crise da história da UERJ. De 2018 a 2021 novos desafios se colocaram. Primeiro, com a perda do meu pai em 2018 e a necessidade de dar maior apoio a minha mãe. Depois com a ruptura do último laço afetivo mais expressivo com o Ceat, com a formatura da minha filha, mas ao mesmo tempo a necessidade de apoiá-la nessa nova empreitada, a vida universitária. Por fim, a partir de 2020 com a pandemia que tão radicalmente mudou a vida de todo o mundo. O que virá pela frente?

Concluo esse Memorial apontando algumas convicções que o conjunto das atividades de ensino, pesquisa, extensão e militância política desenvolvidas ao longo de minha trajetória como professor- pesquisador-extensionista-militante consolidaram em mim e que resumirei nestas últimas linhas.

1. Embora com alguns momentos de maior dedicação à atividade política e outros à atividade acadêmica, essas dimensões estão absolutamente imbricadas na minha formação e atuação, em plena consonância com a perspectiva apontada pelo velho Marx de que não basta interpretar o mundo, é preciso atuar para transformá-lo.
2. Com diferentes pesos ao longo da minha produção intelectual, Marx é uma referência fundamental e ao longo dos últimos anos intensifiquei as leituras e releituras de suas obras e considero cada vez mais fundamental fazê-lo.
3. A partir de Marx tenho cada vez mais me inspirado em Rosa Luxemburgo, Antonio Gramsci e nos formuladores da Teoria Marxista da Dependência (principalmente Ruy Mauro Marini), em Florestan Fernandes e Virgínia Fontes para interpretar a forma como o capitalismo se desenvolveu e vem se desenvolvendo na América Latina e no Brasil, em particular. Em Guilherme Delgado e Sergio Leite para compreender como o capital financeiro desempenha hoje papel fundamental nos rumos da agricultura brasileira. E também em Armando Bartra, Jasom Moore, John Bellamy Foster, Paul Burkett e Rob Wallace e para compreender o caráter destrutivo do capital e a ruptura metabólica que provoca na relação entre seres humanos e natureza.
4. Sigo os passos de David Harvey, Massimo Quaini, Neil Smith e Ruy Moreira para articular marxismo e Geografia e pensar como o espaço agrário brasileiro vem se transformando a partir da ação violenta do capital.
5. Diálogo com Carlos Walter e Leonilde Medeiros para pensar como os movimentos sociais do campo resistem a esses processos e buscam com suas ações construir outras territorialidades.



6. Me alinho com Paulo Freire e Orlando Fals Borda para articular pesquisa e extensão a partir de uma perspectiva militante que envolve reflexão, investigação, ação e participação, práxis, enfim.
7. E retomando minhas teses do final dos anos 1990 e início de 2000, tenho cada vez mais convicção de que a reforma agrária segue sendo uma necessidade imperiosa para a construção de uma sociedade justa e democrática, dos pontos de vista econômico, social e ambiental. Só uma profunda e radical reforma agrária pode superar as velhas estruturas herdadas da colonização –latifúndio, monocultura, agroexportação, superexploração do trabalho, racismo e devastação ambiental – que sob a égide da hegemonia do agronegócio, se intensificaram. E ser a base para uma reconfiguração do espaço brasileiro: (1) do campo, com o reconhecimento dos povos indígenas, quilombolas e camponeses às terras que tradicionalmente ocupam e com a multiplicação de assentamentos rurais nas terras onde hoje dominadas pelo latifúndio/agronegócio; (2) mas também das cidades, com a possibilidade de retorno ao campo dos/das milhões de brasileiros/as que foram dele expulsos/as pelos processos de modernização da agricultura ou pela implantação de grandes projetos de desenvolvimento e que sofrem a fome, a miséria e a violência nas favelas e periferias das grandes e médias cidades brasileiras; (3) e, conseqüentemente, da própria relação campo-cidade, de forma que trabalhadores do campo e da cidade, livres das amarras do capital, possam se reconectar em novas bases econômicas e ecológicas, na almejada sociedade de produtores e produtoras associados/as.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2022

Paulo Alentejano

COMO CITAR ESTE TRABALHO

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. Por terra, arte e pão: elementos da trajetória de um professor-pesquisador-militante. Revista Tamoios, São Gonçalo, v. 20, n. 2, p. 350-374, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2024.82777>. Acesso em: DD MM. AAAA.